



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639104 - MS (2021/0004677-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : ANTÔNIO LÁZARO DA SILVA  
**ADVOGADO** : ANTONIO LAZARO DA SILVA - MS022384  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : DOUGLAS RAMOS GUIMARAES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS RAMOS GUIMARAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (HC n .1400097-73.2021.8.12.0000).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta que o paciente já cumpriu 1/8 da pena, fazendo jus à antecipação da progressão de regime, com base no art. 112, § 3º, da LEP, aduzindo que é curador especial de sua irmã com deficiência.

Assevera que deve ser aplicada a Recomendação CNJ n. 62/2020 em favor do apenado, pois faz parte do grupo de risco por ser diabético, sendo necessária a reavaliação do deferimento da benesse, diante da nova situação imposta pela pandemia atual.

Requer, liminarmente, a progressão do paciente ao regime semiaberto, com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente